SindusCon SP
o Sindicato da Construção

Notícias da Construção

www.sindusconsp.com.br

Nº 135 ano 11 jul 2014

Alckmin decreta o gerenciamento online de resíduos

Diretoria eleita terá posse solene na festa de 80 anos do sindicato

Brasil construiu as obras esportivas mais caras para a Copa

SindusCon-SP, entidades, academia e poder público unem-se em favor da sustentabilidade

De bem com o meio ambiente

Entidades, academia e poder público unem-se em favor de estímulos à sustentabilidade

FABIANA HOLTZ, NATHALIA BARBOZA E RAFAEL MARKO

Fomentar a adoção de tecnologias nas construções, para estimular comportamentos e estilos de vida que promovam conservação e reuso da água (incluindo a de chuva), economia de energia, gestão adequada de resíduos e conforto térmico. Com este objetivo, foi criado o Fórum de Desenvolvimento Urbano e Construção Sustentável, uma articulação do SindusCon-SP com outras entidades privadas e órgãos públicos. O lançamento ocorreu em junho, na universidade Uninove.

Do fórum criado a partir de uma iniciativa do deputado federal Paulo Teixeira, também participam AsBEA, CAU-SP, CBCS, Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente da Câmara de São Paulo, Crea-SP, Instituto de Engenharia e Secovi-SP.

Estas entidades se comprometeram a instalar, manter e divulgar o fórum, contribuindo para a integração urbana, o combate às mudanças climáticas e o desenvolvimento ambientalmente sustentável do país.

O fórum terá reuniões mensais e, excepcionalmente, duas reuniões por mês. Cada participante indicará um membro titular e um suplente. Todas as decisões serão tomadas por consenso e a coordenação exercida por um dos seus membros eleitos para um mandato de um ano. No primeiro ano, a coordenação caberá conjuntamente a CBCS, Secovi-SP e SindusCon-SP, e a secretaria à Uninove.

Eficiência energética

Na abertura do fórum, o SindusCon-SP esteve representado pelo vice-presidente de Meio Ambiente, Francisco Vasconcellos. Além dele e de Paulo Teixeira, também compuseram a mesa de abertura o reitor da Uninove, Eduardo Storopoli; a secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Loreni Foresti; e o secretário municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo, Wanderley Meira do Nascimento.

Fotos: Calão Jorge

Vasconcellos, Teixeira, Storopoli, Loreni e Nascimento, na mesa de abertura do evento

Qualificando o fórum como "uma conspiração do bem", Teixeira destacou a importância de uma articulação do poder público com a construção, uma vez que 80% do PIB mundial é gerado nas cidades e estas já consomem 2/3 da energia produzida.

Já Nascimento defendeu o emprego de energia eólica na capital paulistana e anunciou que a coleta seletiva de resíduos será implementada em toda a rede municipal.

A seguir, em palestra coordenada por Vasconcellos, a secretária Loreni apresentou os principais itens de uma instrução normativa obrigando as novas edificações públicas federais e as obras de retrofit à etiquetagem de eficiência energética "Classe A".

Na sequência, o vice-presidente do Secovi-SP, Ciro Scopel, coordenou palestra do professor Roberto Lamberts, da Universidade Federal de Santa Catarina, sobre a importância da eficiência energética.

Edifícios federais novos deverão ter "A" de conservação energética

A Secretaria de Logística do Ministério do Planejamento baixou a Instrução Normativa 2, obrigando que os projetos de edificações públicas federais novas sejam desenvolvidos ou contratados visando à obtenção da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) Geral de Projeto classe "A".

A medida foi anunciada por Loreni Foresti, secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, na abertura do Fórum de Desenvolvimento Urbano e Construção Sustentável.

Após obter a Ence, a nova edificação deverá ser construída ou contratada de forma a garantir a obtenção da Ence Geral da Edificação Construída classe "A", dispõe a IN.

Segundo a Instrução, as obras de retrofit devem ser contratadas visando à obtenção da Ence Parcial da Edificação Construída classe "A" para os sistemas individuais de iluminação e de condicionamento de ar, ressalvados os casos de inviabilidade técnica e econômica, devidamente justificados, devendo-se, nesse caso, atingir a maior classe de eficiência possível.

Estão dispensadas da obtenção da Ence as edificações com até 500 m² de área construída ou cujo valor da obra seja inferior ao equivalente ao CUB Médio Brasil atualizado aplicado a uma edificação de 500 m².

A IN também determina que os instrumentos convocatórios para aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela administração federal exijam classe de eficiência "A" na Ence.

Loreni: eficiência energética será obrigatória para edificações federais com mais de 500 m² de área construída

País está despreparado, diz especialista

É indispensável a adoção de novas tecnologias e hábitos visando à conservação de energia, uma vez que o consumo energético está aumentando junto com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país. E isso está acontecendo numa velocidade muito maior do que o crescimento da produção de energia, e num cenário de escassez de água.

Este foi o alerta dado pelo professor Roberto Lamberts, da Universidade Federal de Santa Catarina, no Fórum de Desenvolvimento Urbano e Construção Sustentável. Segundo ele, o país não está se preparando adequadamente para o aumento do consumo da energia: em 2030, estima-se que apenas 10% das edificações estejam dentro do padrão de eficiência energética.

Lamberts também criticou padrões construtivos como envelopes sem cuidado com a eficiência térmica ou venezianas que só abrem pela metade, vedando uma ventilação natural adequada e obrigando à utilização de ar condicionado. Ele ainda defendeu a educação das famílias, citando como exemplo de desperdício energético o caso de um morador da tórrida Manaus que liga ao mesmo tempo a lareira e o ar condicionado em temperatura "glacial".

Uma vez implementada a conservação de energia nos projetos das edificações, a próxima etapa deverá ser a da etiquetagem energética dos mesmos em uso, afirmou o professor. Ele defendeu estímulos como os existentes nos Estados Unidos e na França, onde grandes edifícios são obrigados a informar o consumo de energia por metro quadrado. Mas alertou para o risco de terceirizados fornecerem laudos baratos de etiquetagem sem base na realidade, o que exige a fiscalização deste futuro mercado.

Lamberts: padrões construtivos e hábitos familiares precisarão ser modificados